

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 508.814 - PE (2019/0128069-6)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GUSTAVO BATISTA E SILVA - PI007231
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : WIRLLEY SAMPAIO DA SILVA (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSO PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRONÚNCIA. QUALIFICADORA DO MOTIVO FÚTIL. EXCLUSÃO. SUPERVENIÊNCIA DE JULGAMENTO PELO TRIBUNAL DO JÚRI. WRIT PREJUDICADO.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de WIRLLEY SAMPAIO DA SILVA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, no julgamento do Recurso em Sentido Estrito n.º 0508183-6.

Consta dos autos que o Paciente foi pronunciado, em 05/09/2017, como incurso no art. 121, § 2.º, incisos I e IV, na forma do art. 29, ambos do Código Penal.

Contra essa decisão, a Defesa interpôs recurso em sentido estrito, ao qual o Tribunal *a quo* negou provimento (fls. 56-59).

Daí o presente *mandamus*, por meio do qual a Impetrante sustenta que "[o] homicídio praticado sem qualquer motivo (ou mesmo com motivo absolutamente ignorado) é homicídio simples e não qualificado em respeito ao Princípio da legalidade" (fl. 7).

Requer, liminarmente, a suspensão do andamento da Ação Penal n.º 0006739-39.2015.8.17.0640, bem como a revogação da custódia cautelar até o julgamento definitivo do writ. No mérito, pleiteia a "*despronúncia da qualificadora do motivo fútil ou, caso não seja esse o entendimento, que seja determinada a baixa dos autos ao Tribunal de origem para proferir nova decisão de pronúncia, desta vez em conformidade com o tema discutido nesse writ*" (fl. 12).

Superior Tribunal de Justiça

O pedido liminar foi indeferido nos termos da decisão de fls. 76-77.

As informações foram prestadas às fls. 83-92 e 94-101.

Em parecer de fls. 103-110, o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *habeas corpus*.

É o relatório.

Decido.

Em consulta ao endereço eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, verifica-se que, em 01/11/2019, foi proferida sentença condenatória nos autos da Ação Penal n.º 0006739-39.2015.8.17.0640, em que o Paciente foi condenado à penas de 12 (doze) anos de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do crime tipificado no art. 121, § 2.º, incisos II e IV, do Código Penal, negado o recurso em liberdade.

Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, a superveniência de sentença penal condenatória torna prejudicada a discussão em torno do afastamento de qualificadora, tendo em vista que essa foi reconhecida pelo Conselho de Sentença, soberano no juízo de mérito da ação penal que versa sobre crimes dolosos contra a vida, deliberando a respeito dos fatos, da condenação ou absolvição do réu, inclusive de eventuais qualificadoras, causas de aumento ou diminuição.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECUSO PRÓPRIO. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. ALEGAÇÃO DE INCLUSÃO INDEVIDA DE QUALIFICADORA NA DECISÃO DE PRONÚNCIA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. TESE PREJUDICADA. ART. 418 DO CPP. EMENDATIO LIBELLI. QUALIFICADORA DESCRITA NA EXORDIAL ACUSATÓRIA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

2. Consoante entendimento desta Corte, a superveniência de sentença penal condenatória pelo Tribunal do Júri prejudica o exame de eventual nulidade da sentença de pronúncia. Desta feita, a alegação de nulidade suscitada – inclusão indevida de qualificadora

Superior Tribunal de Justiça

na pronúncia – encontra-se prejudicada.

[...]

6. Habeas corpus *não conhecido*" (HC 442.758/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 19/03/2019, DJe 25/03/2019; sem grifos no original.)

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRONÚNCIA. EXCESSO DE LINGUAGEM E AUSÊNCIA DE SUBSTRATO DAS QUALIFICADORAS. IMPOSSIBILIDADE DE EXCLUSÃO DAS QUALIFICADORAS, SOB PENA DE USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. PREJUDICIALIDADE. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que somente devem ser excluídas da decisão de pronúncia as circunstâncias qualificadoras manifestamente improcedentes ou sem nenhum amparo nos elementos dos autos, sob pena de usurpação da competência constitucional do Tribunal do Júri, como no caso dos autos.

2. Esta Sexta Turma é firme na compreensão de que a superveniência de sentença condenatória esvazia a alegação de nulidade da pronúncia, seja por excesso de linguagem ou por ausência de fundamentação das qualificadoras na decisão de pronúncia.

***3. Agravo regimental desprovido*" (AgRg no HC 429.228/PR, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 26/02/2019, DJe 12/03/2019; sem grifos no original.)**

Ante o exposto, JULGO PREJUDICADO o writ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora